



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Movimentos Sociais e Participação Social)

**A plataformação da educação pública no estado do Paraná:
uma análise do Movimento Plataforma Zero**

Débora Lauane Luz¹
Juliana Pereira Zaqui²
Adriana Medeiros Farias³

Resumo: O texto analisa as modalidades de ações políticas, desencadeadas pelo movimento sindical para o enfrentamento das políticas neoliberais, com foco no “Movimento Plataforma Zero”, organizado pela APP-Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, a partir de 2023. O estudo se apoiou na pesquisa documental ancorada nas diversas fontes virtuais. Conclui-se que no terreno das lutas de classes, as formas de disputas pela hegemonia, organizadas pelas classes dominantes, têm se complexificado e exigido dos sindicatos posicionamento frente a defesa da educação pública, por meio de estratégias organizativas efetivas contra o processo de plataformação da educação pública.

Palavras-chave: Política Educacional; Movimento Plataforma Zero; Plataformação; APP-Sindicato.

Abstract: The text analyzes the types of political actions that the union movement defines to confront neoliberal policies, focusing on the “Zero Platform Movement”, organized by the APP - Education Workers Union of the state of Paraná, from 2023, as part of the agenda of struggles against the process of platformization of public education. The study is based on documentary research, anchored in several sources. It is concluded that in the field of class struggles, the forms of disputes for the hegemony of the dominant classes have become more complex and demanded a position from unions in the defense of public education through effective organizational strategies.

Keywords: Educational Policy; Platform Zero Movement; Platformization; APP- Education Workers Union.

¹Mestranda em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL) - Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), e-mail: debora.lauane0@uel.br.

²Pedagoga pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), e-mail: juliana.zaqui161@uel.br.

³Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPEdu) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH), doutora em educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e-mail: adrianafarias@uel.br.



1. INTRODUÇÃO

As políticas de plataformização da educação pública no estado do Paraná têm por finalidade a padronização das matrizes curriculares, o controle da ação política e pedagógica dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e a constituição de táticas para garantir, sob o convencimento e a coerção, a implementação das políticas de base gerencialista e empresarial na rede pública de ensino (Farias, 2022). Estudos recentes de Antunes (2020), Leher (2022), Israel (2024) e Denez, *et. al* (2024) apontam para o processo de plataformização e plataformização na educação como um processo amplo que integra várias dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais da vida social na sociedade capitalista contemporânea, todos eles concluem que as consequências para os trabalhadores(as) são nefastas. Em pesquisa recente realizada com trabalhadores e trabalhadoras da educação no estado do Paraná os dados indicam entre outros aspectos: o adoecimento, a perda da qualidade da educação pública, a secundarização da função social da escola na transmissão do conhecimento e a sobrecarga de atividades administrativas (IPO, 2023).

Com base neste contexto, o texto objetiva analisar as ações políticas que o movimento sindical organiza para enfrentar o processo de plataformização da educação pública escolar. Pergunta-se: Na complexidade das relações sociais produzidas e reproduzidas pelo sociometabolismo do capital, nas organizações da sociedade civil e nos aparelhos do Estado, quais são as formas encontradas pelo movimento sindical para enfrentar as modalidades de dominação e disputas pela hegemonia burguesa no campo da educação pública escolar? O foco da análise, neste texto, incide sobre o “Movimento Plataforma Zero”, deflagrado pela APP- Sindicato, Sindicato dos Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), a partir de 2023, como parte da agenda de lutas, contra o processo de plataformização. O estudo analisou as ações derivadas do calendário e agenda de lutas da APP-Sindicato, deliberados pela categoria em assembleia, para enfrentar a política de plataformização da educação, implementadas na rede pública estadual de ensino do Paraná, no contexto das administrações de Beto Richa e Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior).

O governador Beto Richa do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi prefeito de Curitiba em 2004 até 2010, saindo do cargo da prefeitura para concorrer ao governo do estado do Paraná. Como governador eleito do estado do Paraná, atuou de 2011 a 2018, período marcado pelo o que ele denominou de “choque de gestão”. Dentre as medidas, cancelou o processo de eleição para direção das escolas e prorrogou o mandato por mais um ano de diretores escolares. Em 2014, apresentou à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) um pacote de medidas, conhecido por “tarifaço”, com aumento de 40% no Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em itens da cesta básica que estavam isentos, a taxa dos servidores aposentados, entre outras propostas.

Beto Richa protagonizou um dos maiores ataques aos trabalhadores(as) da educação



pública e aos direitos trabalhistas já vistos no Paraná, em 29 de abril de 2015⁴. Na página da APP-Sindicato, no histórico do sindicato, a violência contra os servidores é relatado.

2015 – O ano começa com greve para fazer frente aos ataques do Governo Beto Richa, que anunciou pacote de medidas destruindo a carreira dos(as) educadores e retirando direitos conquistadas pela categoria com muita luta. Foram 29 dias de uma greve intensa, com ocupação na Alep, recuo do governo e vitória da educação. APP levou milhares de educadores(as) para as ruas, teve apoio de mais de 90% da população e trouxe conquistas importantes para a sociedade paranaense, como a queda do regime de votação em Comissão Geral na Alep, que favorecia aprovação atropelada dos projetos do Governo. A greve é retomada no dia 29 de abril, quando um protesto de servidores(as) em Curitiba foi brutalmente reprimido com cães, balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas atiradas de helicópteros. Mais de 400 manifestantes ficaram feridos(as). Depois do Massacre do Centro Cívico, a categoria se manteve em greve e em defesa da data base e conquistou a aprovação de lei para zerar as perdas salariais em três reajustes parcelados (APP Sindicato, n.p).

As publicações da imprensa sindical da APP-Sindicato são fundamentais para a memória do movimento de luta e das grandes disputas projetos governamentais. As publicações cumprem com os objetivos de “realizar o trabalho de diálogo junto à classe representada como também junto à sociedade como um todo” (Camargo, 2025, p.10).

O projeto gerencialista de Estado tem continuidade com a gestão de Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior), governador do estado do Paraná pelo Partido Social Democrático (PSD) eleito em 2019 e reeleito em 2023. Sua gestão representa os interesses das frações empresariais das classes dominantes e tem criado as condições para a terceirização de serviços e a expansão da privatização da educação e de empresas, que até então, eram públicas, como o caso da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e o processo em andamento de privatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar).

Conforme matéria publicada no Jornal Brasil de Fato, escrita por Pedro Carrano (2024), o Paraná apresenta um histórico de governadores marcados por atuações repressivas na sociedade civil.

O governador Álvaro Dias (atual Podemos) ficou marcado pela cavalaria lançada sobre a greve de professores de 1988. Jaime Lerner governou de 1994 a 2002, e, ao morrer, apesar de ter recebido loas das vozes liberais de que teria sido um inovador, porém combateu o MST no Paraná a ponto de ficar conhecido como o “Arquiteto da Violência”. A repressão de Ratinho Jr aprendeu a lição com o antecessor Beto Richa, lançando mão da cooptação quando necessário. Aplicou o chamado tratoração durante votação do projeto Parceiros na Escola na Assembleia Legislativa, em lugar da repressão do 29 de abril de 2015. Porém, Ratinho, quando necessário, tem usado de coerção e intimidação contra os setores que estão se mobilizando (Carrano, 2024, n.p).

Os processos hegemônicos postos pelos governos neoliberais, com acirramento da perspectiva empresarial privatista da atual gestão, inclui a direção política conduzidas por seus governos. A compreensão gramsciana de direção política, refere-se ao domínio da classe dominante, “[...] na medida em que a absorção das elites das classes inimigas leva à decapitação destas últimas e à sua impotência” (Gramsci, 2024, p.52, CC 1, § 44).

A direção política produzida durante as gestões dos governadores estaduais é articulada com a estreita relação social e mercantil entre aparelhos do Estado restrito e organizações da sociedade civil ou Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), “[...] conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ ” (Gramsci, 2001, p. 20), isto é, institutos, fundações,

⁴ Para aprofundar a análise sugere-se a leitura de Gozzi (2016).



igreja, sindicatos, imprensa, etc. Para Gramsci a sociedade civil é o terreno das disputas pela formação do consenso por meio da relação social entre APHs e Estado restrito.

Conforme as pesquisas realizadas por Farias (2022, 2023), a educação pública tem sido o principal campo de atuação para a implementação de políticas neoliberais.

Não é sem intencionalidade que a educação pública é a escolhida por capitalistas de diversos setores (bancário, industrial, financeiro, agronegócio) como principal frente de atuação dos seus braços sociais. Estas organizações são portadoras de projetos distintos, mas conseguem se reunir em torno da ideia de que a empresa é a principal organização social e o modelo deve ser reproduzido em todo o sistema escolar e da gestão pública educacional (p.6).

As políticas educacionais em curso são elaboradas a partir da perspectiva empresarial que representam a gestão governamental e seus modelos de educação. Compreender o Estado neste sentido ampliado, coaduna com a compreensão da hegemonia como mecanismo de dominação da classe burguesa para obter o consenso. É nesse contexto que os movimentos sociais se tornam fundamentais para a luta contra-hegemônica, ao lado da defesa da emancipação da classe trabalhadora, afinal, a contra-hegemonia “[...] é o espírito de cisão, base da contraposição entre a classe revolucionária (“inovadora”) e as trincheiras ocupadas pela classe dominante na sociedade civil” (Coelho, 2025, p. 13).

O Movimento Plataforma Zero, temática deste texto é analisado resposta diante da coerção estatal imposta pela gestão de monitoramento e controle no processo de plataformização da educação pública.

2.DESENVOLVIMENTO

A história da organização sindical dos(as) trabalhadores(as) da educação, no estado do Paraná se entrecruza com de constituição dos sindicatos e das lutas para a construção do plano de carreira do magistério e funcionários(as), assim como das lutas gerais das classes trabalhadoras.

A configuração atual da organização representativa dos trabalhadores da educação básica é fruto de fusão entre associações e sindicatos A Associação dos Professores do Paraná, criada em dia 26 de abril de 1947, por docentes(as) do Colégio Estadual e do Instituto de Educação do Paraná, em Curitiba marcou as origens da APP, se funde, em 1981, com outras duas associações, a “Associação dos Professores Licenciados do Paraná (06-05-1967) e a Associação do Pessoal do Magisterio do Paraná (09-12-1972)”, mantendo o nome da organização mais antiga “Associação dos Professores do Paraná (APP)” (Jornal 30 de Agosto, 1990,p.3⁵).

A APP deixou de ser juridicamente associação para se tornar sindicato, quando a Constituição de 1988 reconheceu o direito dos(as) servidores(as) públicos(as) de constituírem sindicatos. A Constituição de 1988 trouxe para dentro da estrutura estatal a organização sindical quando reconheceu, o sindicato, a confederação, a federação, a central sindical, todas legitimadas pelo sindicalismo de Estado. Com a organização sindical reconhecida, em 1989,

⁵ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gqhd9FI2UI9MxfBS3-k0IEeH2FT6sxQ/view>



incorporou ao nome Associação dos Professores do Paraná, o termo sindicato - sigla APP-Sindicato e o nome oficial passou a ser Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná.

O processo de unificação sindical entre professores(as) e funcionários(as) de escolas públicas que viria somente em 1987 e de fusão com o Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Estado do Paraná resultou na criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP- Sindicato). Hoje a APP- Sindicato é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Federação Interestadual dos Trabalhadores em Educação (FITE), tem base em todo o território estadual, representa trabalhadores da educação estadual, professores(as) das redes municipais, em mais de 200 municípios. Na página eletrônica, em seu histórico, está registrado que desde 1947, ela “faz a defesa dos(as) educadores(as) e da educação pública do Paraná, inspirando a luta do conjunto da classe trabalhadora no estado e além” (APP-Sindicato, n.p).

De modo geral, as lutas travadas pelos sindicatos na educação se aproximam da atuação propositiva dos sindicatos que se acirrou pós década de 1990, quando eles tiveram que defender pautas gerais da categoria, incorporando às lutas contra-hegemônicas, vários âmbitos da vida social “[...] com a defesa da democracia, do Estado de Direito e do acesso à terra; e contra todas as formas de opressão e discriminação” (APP- Sindicato, n.p).

É nesse contexto de diversificação das lutas sindicais, no início do século XXI, que vamos analisar o “Movimento Plataforma Zero”⁶ (Figura 1). Ele foi deflagrado por decisão tomada pela categoria em Assembleia Estadual realizada pela APP- Sindicato, no dia 12 de agosto de 2023, com o objetivo de ampliar as ações da APP contra a política de plataformização da educação, na rede pública estadual de ensino do Paraná. Na agenda ampla das pautas prioritárias e calendário de lutas⁷ constam para o dia 30 de agosto, “dia histórico de luto e de luta da categoria”⁸, mobilização e ato em Curitiba, para relembrar o ataque do governo Álvaro Dias aos trabalhadores(as) da educação pública.

⁶ PALHARES, Isabela. Professores do Paraná anunciam 'greve de apps' por um dia nas escolas. Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 ago. 2023. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/professores-do-parana-anunciam-greve-de-apps-por-um-dia-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2026.

⁷ Sobre a mobilização no dia 12 de agosto: <https://appsindicato.org.br/30-de-agosto-tera-mobilizacao-estadual-e-greve-de-plataformas-delibera-assembleia-da-app/>

⁸ O dia 30 de agosto de 1988 ficou marcado pela violência aos trabalhadores(as) da educação, pelo Governador Álvaro Dias. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/32-anos-do-30-de-agosto-de-1988-categoria-em-luto-e-na-luta-pela-educacao-publica/#:~:text=Neste%20domingo%20\(30\)%2C%20a,do%20governo%20de%20%C3%81lvaro%20Dias](https://appsindicato.org.br/32-anos-do-30-de-agosto-de-1988-categoria-em-luto-e-na-luta-pela-educacao-publica/#:~:text=Neste%20domingo%20(30)%2C%20a,do%20governo%20de%20%C3%81lvaro%20Dias)



Figura 1 – Plataforma Zero



Fonte: APP-Sindicato.

A “greve digital” ou “greve de aplicativos”, Plataforma Zero, foi organizada num contexto de retração do movimento paradista da categoria. Neste tipo de ação os(as) trabalhadores(as) da educação deixaram de usar por um dia as plataformas educacionais, garantindo apenas o Registro de Classe de frequência *online*. O Movimento Plataforma Zero antecedeu outras ações sindicais dentre elas: uma pesquisa de opinião, um seminário de debate, além das publicações nas redes sociais, jornais e os materiais de campanha⁹

O tema “Plataformização da educação: um debate necessário” foi tratado na “Edição Pedagógica do Jornal 30 de Agosto” de julho de 2023 (Figura 2).

Figura 2 – Jornal 30 de agosto



⁹ Para acessar os materiais do Movimento Plataforma Zero: https://appsindicato.org.br/edicao_pedagogica_jul2023/



Fonte: Jornal 30 de Agosto – Edição Pedagógica (jul/2023), APP-Sindicato.

Neste jornal, encontra-se também o relato sobre o seminário realizado no dia 01 de julho de 2023, em Curitiba, intitulado “Plataformização da Educação: um debate necessário”, que reuniu representantes dos 29 Núcleos Sindicais e pesquisadores(as), com o objetivo de “refletir acerca dos impactos das plataformas no trabalho docente e no processo ensino-aprendizagem, bem como as dimensões política, econômica e ideológica do projeto em curso na rede estadual de educação do Paraná” (Jornal 30 de agosto, 2023a, p.4).

O debate neste Seminário contou com a participação da Prof^a. Dr^a. Carolina Batista Israel, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e do Prof. Dr. Roberto Moraes Pessanha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi transmitido pelo *youtube*. Para a pesquisadora Carolina Batista Israel, o avanço das plataformas obedece à escola de pensamento behaviorista, cuja centralidade nos procedimentos aliena estudantes e professores(as) do ensino-aprendizagem. “A planificação e a burocratização escamoteiam a privatização. São atores privados que decidem quais plataformas serão usadas, o que vai ser ensinado e como vai ser ensinado”, avalia (APP-Sindicato, 2023b).

A partir da realização deste seminário publicou-se o “Manifesto Por uma educação humanizadora em tempos de tecnologias digitais”¹⁰, divulgado amplamente nas redes sociais do sindicato, e no “Jornal 30 de Agosto” (2023a). O Manifesto registrou os resultados dos debates que denunciaram entre outros pontos, as implicações do processo de plataformização da educação imposto por meio do uso de plataformas tecnológicas, somada à cobrança do cumprimento de metas e responsabilização dos(as) profissionais da educação, assim como as consequências sentidas pela comunidade escolar.

Os pontos elencados na denúncia do processo de plataformização da educação, são:

a intensificação do trabalho docente para adequar a escola à política de metas e resultados; a ausência de autonomia de professores(as), equipe pedagógica e estudantes na produção do ensino-aprendizagem; o ataque constante ao princípio da gestão democrática; o contraste entre as exigências do governo e as condições estruturais das escolas; a mercantilização da educação pública e a violação da privacidade e extrativismo digital (Jornal 30 de agosto, 2023a).

O Documento descreveu aspectos fulcrais relacionados à dimensão político-pedagógica, estrutural, da gestão escolar e educacional e concluiu com a defesa de uma educação de qualidade.

defendemos o uso das tecnologias digitais na educação, mas a partir de estudos e reflexões científicas apuradas e consensuadas no meio acadêmico e, principalmente, enquanto recursos pedagógicos, submetidas ao planejamento docente e considerando a relação processual método-conteúdo-avaliação, e não como instrumentos de controle, vigilância e responsabilização de direções escolares, pedagogos(as), professores(as) e estudantes (Jornal 30 de agosto, 2023a, p.4).

Neste mesmo ano de 2023, a APP-Sindicato em conjunto com o Instituto Pesquisas de

¹⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/manifesto-educacao-humanizadora-em-tempos-de-tecnologias-digitais/>



Opinião (IPO),¹¹ uma organização especializada em pesquisa de mercado, fundada em 1996, em Pelotas, Rio Grande do Sul, pela socióloga Elis Radman, conduziu uma pesquisa por telefone, no período de 28 de junho a 07 de julho de 2023, com 300 educadores(as) da rede estadual, de todas as 5 macrorregionais do Sindicato (APP-Sindicato, 2023b). A síntese da pesquisa, encontra-se nos materiais produzidos pelo IPO para a APP-Sindicato, intitulado “Plataformização da Educação”: Percepção dos professores(as) sobre a plataformização da educação no Estado do Paraná - Parte I, II e III¹²”.

O objetivo da pesquisa, de acordo com o material, foi “Identificar a percepção dos(as) professores(as) ativos(as), sindicalizados(as) da APP-Sindicato, sobre as novas plataformas de educação utilizadas pela Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED), investigando a avaliação dos(as) educadores(as) e os dilemas estabelecidos nesta experiência em curso” (APP-Sindicato, 2023b, p.3). O material além dos dados estatísticos registrou parte das entrevistas de trabalhos(as) da educação, expondo as dificuldades com o acesso nas plataformas, o adoecimento e a sobrecarga de trabalho.

Ademais, o informativo “Página da Educação” (2023d), ao longo do mês de agosto, publicou os dados alarmantes da Pesquisa sobre os impactos da política de plataformização adotada pelo governo Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior), na rede estadual de educação. Os dados reiteraram parte das denúncias realizadas pelo Sindicato e pela categoria sobre o aumento do adoecimento de trabalhadores(as), a sobrecarga de trabalho, as cobranças por metas e resultados e a coerção para o uso das plataformas. Sobre a pauta, o Sindicato afirma que

trabalha para abrir debate com a Secretaria da Educação e propor o estabelecimento de uma política que priorize a interação humana e a autonomia docente, mantendo as tecnologias como ferramentas que auxiliem o trabalho pedagógico e não como instrumentos de controle e substituição do papel dos professores (Página da Educação, 2023d).

No ano 2025, as ações em torno da plataformização adensaram por meio de outras modalidades. Conforme deliberação da Assembleia Estadual Extraordinária, realizada no dia 7 de junho, professores(as) devem se recusar a participar de reuniões relacionadas a metas de plataformas, bem como estão orientados(as) a formalizar manifestações individuais com base legal, pedagógica e sindical. Para orientar a categoria, a APP-Sindicato publicou a “Cartilha de enfrentamento ao assédio moral institucional na educação pública do Paraná”, com o objetivo de “orientar e fortalecer os(as) servidores(as) da educação pública do Estado do Paraná diante dessas práticas de assédios individuais e, significativamente, institucionais e organizacionais que vêm sendo registradas de forma recorrente no ambiente escolar” (APP-Sindicato, 2025a, p.6). A Cartilha trata sobre as plataformas e orienta para que as cobranças de uso de plataformas sejam registradas nos canais formais de denúncia e ao sindicato.

O uso institucionalizado de sistemas como Leia Paraná, Redação Paraná, Desafio

¹¹ Para saber mais sobre o Instituto: Disponível em: <https://ipo.inf.br/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

¹² A Parte I da Pesquisa está disponível em:

https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa_Plataformas_Parte_I.pdf



Paraná, Matific, Khan Academy, Inglês Aluno e Inglês Professor, Google Classroom, Quizizz, entre outros, tem extrapolado os limites legais e pedagógicos, configurando práticas abusivas e violadoras da autonomia docente (APP-Sindicato, 2025a, p.15).

Para a APP- Sindicato “O uso pedagógico da tecnologia não pode ser confundido com a instrumentalização da escola para fins estatísticos, em prejuízo da saúde e da dignidade profissional”. (APP-Sindicato, 2025a, p.17).

O Movimento Plataforma Zero, no ano de 2025, trabalhou com o tema do adoecimento dos trabalhadores(as), com base nos dados da Pesquisa APP e IPO(2023) e dados da Secretaria da administração e da previdência (SEAP, 2024). Nestes últimos anos, foram registrados mais de 10 mil afastamentos por conta de transtornos mentais e comportamentais, além de vidas perdidas em situação extremada de trabalho.

Além dos documentos publicados com o objetivo de orientação, o Movimento também contou com ações judiciais, atos nos Núcleos Regionais de Educação (NREs) e SEED. As bases legais indicam que não há marco regulatório que obriguem o uso,

Instrução Normativa nº 005/2024 da SEED, ao tratar das plataformas digitais, afirma que elas são apenas “recursos que apoiam a prática docente”, conferindo ao(à) professor(a) autonomia para adaptá-las ou substituí-las conforme a realidade pedagógica. Isso afasta qualquer obrigatoriedade, meta impositiva ou responsabilização funcional por meio do desempenho nelas (APP-Sindicato, 2025b).

As cobranças são realizadas por figuras “como tutores(as) e embaixadores(as)”, agentes externos à escola, e a orientação da APP-Sindicato é que “tais medidas configuram assédio moral institucional e organizacional e podem ser objeto de denúncia e responsabilização administrativa” (APP-Sindicato, 2025b).

3.RESULTADOS

O “Movimento Plataforma Zero” foi criado no contexto de enfrentamento à implementação das políticas de plataformização da educação pública no estado do Paraná na gestão do atual governador do Estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Júnior (Ratinho Júnior), sob a direção dos prepostos empresariais de Renato Feder e Roni Miranda, na gestão da secretaria de educação, SEED. A gestão deles manteve o Estado alinhado às contrarreformas educacionais, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Novo Ensino Médio (NEM), às políticas de conectividade e de plataformização.

A busca desenfreada do governo do estado do Paraná, por resultados quantitativos e a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), culminou num conjunto tático de compra de plataformas, aplicativos, serviços de conectividade e assessorias para a expansão do uso de tecnologias variadas na rede pública estadual. A rede se tornou mais uma vez um laboratório de experimentação de programas, projetos e ações sob o regime autoritário e cerceador do governo do estado para alcançar a todo custo os resultados quantitativos do IDEB, sem de fato alcançar a qualidade da educação pública.

É fato que, no contexto pandêmico, muitas plataformas foram experimentadas para dar continuidade ao calendário letivo da rede pública estadual do Paraná, com o apoio legal da resolução n.º 1.522/2020 - GS/SEED, que instituiu as atividades não presenciais e abrangendo



o uso do Pacote Google (*Classroom, Forms e Meet*). A partir desse período, o pacote de plataformas foi se expandindo e atualmente, a rede pública estadual conta com as seguintes plataformas: *Khan Academy*, Matemática Paraná: Matific, Leia Paraná, Enem Paraná, Inglês Paraná, Redação Paraná, Programação Paraná: Edutech, Fluência Paraná e o sistema *Power BI*, Robótica Paraná, Desafio Paraná e EJA EaD Paraná, dentre outras.

Observou-se que as mudanças procedimentais na matrícula, no registro de conteúdo e de frequência escolar, na comunicação com a comunidade escolar, nos instrumentos de avaliação, no monitoramento de dados e no material de apoio ampliaram o uso de aplicativos (APPs),

Muitas medidas foram mantidas e intensificadas, em especial o uso das plataformas, a padronização do currículo, a responsabilização da escola pelo cumprimento de metas e o uso de mecanismos permanentes de avaliação dos(as) estudantes e profissionais da educação, ampliando o caráter de dominação do pensamento empresarial

No Paraná, a plataformização da educação é vista com vislumbre e sinônimo de modernização, “no entanto, esconde uma engrenagem de exploração que empurra os docentes ao extremo da exaustão física e mental” (Luz; Zaqui; Farias, 2025, p.4).

O controle é pedagógico é tanto pedagógico quando se refere aos conteúdos exigidos nas plataformas quanto pelo controle de dados, a partir dos algoritmos das plataformas e da captura de informações dos docentes e registros faciais. Para Israel (2024), a questão algorítmica é fundamental para a manutenção da venda de plataformas educacionais para o âmbito público escolar.

O ensino plataformizado não se direciona apenas ao mercado de conteúdos e aos processos educacionais como mercadoria. Sua base de negócios se sustenta na vigilância algorítmica e na monetização de dados, alimentando o mercado de publicidade direcionada. Ou seja, a principal característica das plataformas educacionais se assenta na rastreabilidade das ações humanas em espaços digitais, com vistas à produção de futuros (p. 15).

Os contratos firmados entre a SEED e empresas, demonstram a relação mercantil na compra e venda de plataformas e serviços para a educação pública. Esses contratos e valores destinados às plataformas são apresentados na publicação do Caderno “Não venda minha escola” (Denez, *et al*, 2024), em texto escrito por Carolina Israel (2024), a partir de seus estudos. A estratégia utilizada pela SEED/PR conforme analisa a autora, é a “substituição do nome proprietário das plataformas, adotando um selo que remete ao governamental, como um ocultamento do caráter privado desses dispositivos algorítmicos” (Israel, 2024,p.16).

É a partir desse contexto de avanço da privatização da educação pública que o Movimento Plataforma Zero integra as táticas das lutas sindicais. O tipo de configuração do movimento sindical na atualidade é o de um sindicato que se preocupa em desenvolver ações não só no plano político corporativo, fundamentais para a sobrevivência e para as condições de vida dos(as) trabalhadores(as), mas nas lutas cidadãs, definido e analisado criticamente por Miani (2005) como “sindicalismo cidadão”.

De acordo com Camargo (2025), em pesquisa produzida no campo da Comunicação Popular e Comunitária (CPC), “no qual a comunicação sindical se constitui em uma ferramenta de disputa contra-hegemônica frente à ideologia dominante da grande mídia no contexto das



relações capital e trabalho” (2025, p.04), sobre as práticas comunicativas da APP-Sindicato a respeito do “Massacre do dia 29 de Abril”¹³ é possível afirmar que a produção da imprensa sindical da APP-Sindicato passou, após 2015, por mudanças na forma de comunicação com seus leitores. Afirmam os autores que

a APP Sindicato vem se adaptando a um novo fazer na comunicação sindical; prova disso é a diversidade e periodicidade de materiais comunicativos produzidos, sejam impressos ou digitais, e o alcance em relação ao número de leitores.(...) Entretanto, é importante lembrar que o sindicato não está imune a contradições dentro do próprio movimento sindical, sejam de pensamentos, de método ou de relações sociais e compreensão política sobre a organização e a comunicação sindical - ferramenta de disputa contra-hegemônica frente à ideologia dominante e ao discurso da grande mídia, que visa ao exercício do direito à democratização da informação e ao pluralismo ideológico diante dos fatos (p.3-4).

A produção de diversos materiais comunicativos para atender as pautas sindicais e dentro delas o “Movimento Plataforma Zero”, tem como objetivo a disputa com os veículos oficiais do governo do Estado e com a grande mídia – disputa esta realizada por meio de materiais informativos impressos e digitais (cartilhas, cadernos, panfletos, jornais semanais “Jornal da Educação” e o especial “30 de Agosto”). Todos eles estiveram articulados com os processos formativos promovidos pelo Sindicato e com os Núcleos Sindicais.

A participação social efetiva da categoria no debate e nas lutas é outro campo de disputas. Neste terreno estão implicados o acesso do Sindicato às escolas e as formas de cerceamento da prática sindical pelo governo do Estado. Ainda assim, o “Movimento Plataforma Zero”, compreendido como um processo amplo de ações articuladas às pautas gerais em defesa da educação pública, e nelas as lutas contra a privatização, a militarização das escolas, a Gestão de Resultados, ao fim da gestão democrática, ao cerceamento e controle do trabalho docente e gestor.

O Movimento se insere neste conjunto de lutas e com ele se aprofunda as condições de entendimento das relações políticas, pedagógicas, econômicas e culturais que implicam a plataformização da educação e nela a relação capital e trabalho que se reconfigura nas redes públicas de ensino paranaense.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do movimento sindical é marcada por um conjunto de contradições próprias ao campo social que perpassam a constituição da estrutura sindical, a definição das pautas - corporativas e gerais - as modalidades de lutas e os processo de formação de consciência de classe. A institucionalização dos sindicatos e a consequente tutela pelo Estado comprometeram a liberdade e autonomia sindicais e o compromisso com as lutas das classes trabalhadoras. As pautas sindicais a partir do final dos anos 1990 tomaram como base a luta por cidadania, relegando a segundo plano (e em alguns casos ao completo abandono) a natureza política da luta sindical, conformando o sindicalismo cidadão.

¹³ Nesta pesquisa foram analisados o Jornal 30 de Agosto e o Mural da Educação, produzidas no primeiro quadrimestre de cada ano, no período de 2016 a 2024 e no primeiro bimestre de 2025.



Nesse contexto, os sindicatos constituíram modalidades de lutas diversas e ampliaram as práticas comunicativas e os meios de disseminação da informação, em alguns deles fortaleceram as iniciativas de formação política.

O Movimento Plataforma Zero foi escolhido para o estudo por expressar a modalidade organizativa da APP-Sindicato, do conjunto de ações por ela realizado, construída para responder às políticas gerencialistas empresariais em curso, particularmente ao processo de plataformização da rede pública estadual de educação. O texto trouxe apontamentos iniciais que caracterizaram brevemente as várias formas de luta: formação política, seminário, cursos, campanhas publicitárias nas redes sociais, pesquisa, produção e publicação de documentos, organização de manifestações, atos, greves digitais, materiais comunicativos, manifestos, entre outros tipos.

Todas essas ações integraram as formas pelas quais o movimento sindical fez a disputa pela hegemonia na produção das políticas educacionais, aproximando os(as) trabalhadores(as) da educação do debate e da discussão, com aprofundamento teórico-analítico, sobre os desdobramentos da plataformização da educação para a vida profissional. Ainda assim, permanecem como desafios centrais para os movimentos sociais e populares contra-hegemônicos, a participação social e o engajamento dos(as) trabalhadores(as) nas lutas, especialmente no meio sindical.

O Movimento Plataforma Zero discutiu o trabalho em plataformas, no contexto das mudanças ocorridas nas relações entre capital e trabalho. Demonstrou como os aparelhos do Estado e os prepostos empresariais planejam e implementam políticas de viés empresarial e gerencialista com o objetivo de impor aos(as) trabalhadores(as) da educação do Paraná, o cumprimento de metas para alcançar os melhores números nos índices educacionais, sem qualquer efetividade para a qualidade da educação. Denunciou o uso de plataformas como mecanismo de controle da prática pedagógica e da gestão escolar, além de impulsionar a compra e venda, de “soluções tecnológicas”, isto é, o mercado de plataformas na educação pública.

Por fim, nesse contexto, de acirramento das lutas de classes, os movimentos sociais assumem papel fundamental na luta contra hegemônica e na defesa da emancipação da classe trabalhadora. Afinal, a contra-hegemonia como afirma Coelho (2025, p. 13), [...] é o espírito de cisão, base da contraposição entre a classe revolucionária (“inovadora”) e as trincheiras ocupadas pela classe dominante na sociedade civil”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

APP-SINDICATO. APP e Instituto IPO realizam pesquisa sobre a plataformização da educação no Paraná. Curitiba: **APP-Sindicato**, 2023b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-e-instituto-ipo-realizam-pesquisa-sobre-a-plataformizacao-da-educacao-no-parana/>. Acesso em: 05 fev. 2026.



APP-Sindicato. Cartilha de enfrentamento ao assédio moral institucional na educação pública do Paraná. Curitiba: **APP-Sindicato**, jul. 2025a. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2025/07/Cartilha_Assedio_Institucional.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

APP-SINDICATO. Jornal 30 de agosto, edição pedagógica. Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Estado do Paraná. Curitiba: **APP-Sindicato**, jul. 2023a. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2022/05/30agosto_edicaopedagogica_jul23_web.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

APP-SINDICATO. Nota da APP-Sindicato lista legislação que proíbe a Seed de obrigar a utilização de plataformas digitais. Curitiba: **APP-Sindicato**, 04 jul. 2025b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/nota-da-app-sindicato-lista-legislacao-que-proibe-a-seed-de-obrigar-a-utilizacao-de-plataformas-digitais/> Acesso em: 05 fev. 2026.

APP-Sindicato. Página da educação: informativo semanal da APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do estado do paraná. Curitiba: **APP-Sindicato**, 09 ago. 2023d. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/1347fpr09ago2023_web.pdf. Acesso em: 05 fev. 2026.

APP-SINDICATO. Seminário organiza enfrentamento à plataformização da educação pública no Paraná. Curitiba: **APP-Sindicato**, jul. 2023c. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-organiza-enfrentamento-a-plataformizacao-da-educacao-publica-no-parana/> Acesso em: 05 fev. 2026.

APP-SINDICATO. SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. **Histórico**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 03 fev. 2026.

BOITO, Armando Junior. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CAMARGO, Erica Neri. **Discursos que (in)formam**: uma década construindo a memória sobre o “Massacre do dia 29 de abril. Monografia (especialização em Comunicação Popular e Comunitária) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

CARRANO, Pedro. Governo Ratinho Jr é o gestor da violência e do autoritarismo?. **Brasil de Fato**, 29 jun. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/colunista/pedro-carrano/2024/06/29/governo-ratinho-jr-e-o-gestor-da-violencia-e-do-autoritarismo/>. Acesso em: 30 jan. 2026.

COELHO, Eurelino. **Ciência e contra-hegemonia**. In: Capital-imperialismo, dominação e luta de classes. Virgínia Fontes (org.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

DENEZ, Costa Cleiton, et. al. **Não venda a minha escola. Política educacional paranaense**: a transformação da escola pública em mercadoria. Cleiton Costa Denez, et al. (org.). Paranavaí: Unespar, 2024. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf

FARIAS, Adriana Medeiros. Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 20, n. 42, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53532>. Acesso em: 30 jan. 2026.

FARIAS, Adriana Medeiros. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na “seleção pública” de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização



Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Coleção Cadernos do Cárcere**. Tradução IGS-Brasil. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/production-hostgator-brasil-v1-0-9/739/971739/23GwhSwA/8b7824d91b934722a91965268bb21142?fileName=Cole%C3%A7%C3%A3oCadernosdoC%C3%A1rcere.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2026.

GOZZI, Ricardo. **Educação sob ataque**: resistência e luta dos educadores no Paraná. São Paulo: Campos, 2016.

ISRAEL, Carolina Batista. Plataformização do ensino no Paraná: a privatização via neoliberalismo digital. In: DENEZ, Cleiton Costa, et. al (org.). **Política educacional paranaense**: a transformação da educação pública em mercadoria. Paranavaí: Unespar, 2024. (Caderno de Textos e Debates do Programa de Formação). Disponível em: https://appsindicato.org.br/wpcontent/uploads/2024/09/Caderno_textos_debates_Programa_Formacao.pdf Acesso em: 30 jan. 2026.

LEHER, Roberto. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 26, p. 78-102, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 30 jan. 2026.

LUZ, Débora Lauane; ZAQUI, Juliana Pereira; FARIAS, Adriana Medeiros. O Mercado de Plataformas Educacionais do Governo do Estado do Paraná. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, v. 10, n. 2, p. 1–22, 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/18454>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução de Mário Duayer *et al*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis, 2005.

PALHARES, Isabela. **Professores do Paraná anunciam 'greve de apps' por um dia nas escolas**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 29 ago. 2023. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/08/professores-do-parana-anunciam-greve-de-apps-por-um-dia-nas-escolas.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2026.